



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO  
CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO**

Aos três de dezembro de dois mil e quatorze, no Auditório da Secretaria da Habitação – 15º andar – Edifício Cidade I – Rua Boa Vista 170 – Centro – Cidade de São Paulo, reuniram-se os membros titulares e suplentes, para a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Habitação do Estado de São Paulo – CEH-SP: Marcos Rodrigues Penido (Secretário da Habitação), Franciléia Macário Gazoli Zorzete (Casa Civil), Moises Baum (Secretaria Estadual de Planej. e Desenvolvimento Regional), Dirceu Rioji Yamazaki (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos), Maria Claudia Pereira de Souza (CDHU), José Floriano de Azevedo Marques Neto (Secretaria Municipal de Habitação/SEHAB), Maurício Queiroz Prado (COHAB Santista), Sidnei Antonio Eusébio Pita (UMM SP), Joana Leite de Oliveira (Assoc. de Apoio Social e Valores da Cidadania), José Salgueiro Silva (Núcleo Betel/ Movimento Terra de Deus Terra de Todos), Antônio Pedro de Souza (Movimento pelo Direito à Moradia – MDM), José Valdeci Evangelista (FIMAPROM), Marco Antônio de Araújo (Coop. Nacional de Empr. Populares e Ecológicos – CONEPE), Flavio Domingos Prando (Secovi), Silvio Vasconcellos (CDHU), Isaías Martins da Silva (Movimento Pró-Moradia de Suzano), José da Silva Aguiar (ABECIP) e Eduardo Trani, Secretário Executivo do Conselho. **Trani** agradece a presença dos representantes, pergunta se os Conselheiros tem algum questionamento em relação a ata da 10ª Reunião do Conselho e, na sequência, aprova a ata. Passa a palavra para o Secretário **Marcos Penido** que, agradece o apoio desde a implantação do Conselho, ressalta sua importância para o desenvolvimento das políticas públicas de habitação, os avanços no relacionamento com as entidades, empresas, setor habitacional, com a comunidade e, também, entre os órgãos. Faz uma apresentação acerca da Secretaria da Habitação desde 2011, com dois braços operacionais e ressalta: na CDHU, a importância desse segmento com destaque para a entrega recente da moradia de número 500 mil e, na Agência Casa Paulista, criada em 2011, a nova modalidade para financiamento, desenvolvimento da habitação e, agência de fomento que operacionaliza os fundos habitacionais, Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS, Fundo Garantidor Habitacional - FGH; o que difere da CDHU, por trabalhar com recursos a fundo perdido, um grande caminho para viabilizar novos programas. Expõe os seis eixos programáticos da CDHU : Ações Estratégicas em Áreas de Risco; Proteção Ambiental e Recuperação Urbana de Favelas e Cortiços; Desenvolvimento Sustentável no Litoral Paulista; Cidade Legal e Planejada; Provisão Habitacional; e o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social com a Casa Paulista. Exemplifica algumas ações como reassentamento e auxílio moradia emergenciais, atuação direta em áreas de risco, recuperação de favelas e cortiços, Jardim Pantanal, Campo Limpo, parceria com a Prefeitura de São Paulo para atuação dentro das favelas de Paraisópolis e Heliópolis, entre outros, inclusive em Santos com a entrega do empreendimento Caneleiras. Quanto ao Programa Serra do Mar, cita o empreendimento Rubens Lara, o trabalho de urbanização das cotas e a catástrofe de Cubatão ocorrida há 2 anos, onde não se teve sequer um boletim de ocorrência em nossa área, reforçando o tratamento que foi feito em áreas de risco, urbanização e proteção ambiental. O Programa Litoral Sustentável tem um novo desafio, um convênio que foi assinado com o Banco do Brasil para implantação de 16 mil novas unidades e 9 mil urbanizações, já tendo unidades em andamento, contratadas e sendo executadas. Há previsão de entrada de 151 milhões de recursos do Banco do Brasil em complemento aos 142 milhões do ano passado, mas diante do tamanho do financiamento, fica para o ano que vem. No entanto, todas as ações estão em

andamento, como: aquisição de terrenos, levantamentos, significando que o cronograma do Litoral Sustentável não estagnou. O Programa Cidade Legal e Planejada tem 475 municípios conveniados e contará com um evento no Palácio em comemoração a entrega do título 100 mil lotes regularizados, da gestão do governador Geraldo Alckmin. O Programa permite a segurança para o morador, garantindo seu endereço e a possibilidade do poder público investir naquele local, com asfalto, redes de esgoto, etc., transformando locais ilegais, irregulares e inseguros em bairros, com melhorias sensíveis na qualidade de vida e na economia das cidades. O Cidade Legal e Planejada ainda está em desenvolvimento, há muito a ser promovido, diálogo com as prefeituras para apoio aos Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Além de atender a demanda por unidades, também há necessidade de se trabalhar no vetor do planejamento habitacional. Quanto à provisão habitacional, temos 97% dos municípios atendidos, correspondendo a 504 mil unidades. O Secretário informa que desde 1995 há um programa de qualidade com melhoria no atendimento, materiais e projetos, citando como exemplo o desenho universal, adaptado às necessidades do ser humano, assim como, aqueles que precisam de necessidades especiais. Compara com o programa Minha Casa Minha Vida que iniciou de uma forma e, vem melhorando por meio da ampliação das exigências a nossa semelhança, com um maior reconhecimento do nosso trabalho. Ressalta no programa Minha Casa Minha Vida Entidades a participação dos representantes das entidades que colaboram para as parcerias. No Programa Vila Dignidade, cita as casas adaptadas em vilas para o atendimento e acolhimento de pessoas da 3ª idade, a gestão permanece com a Prefeitura. Cita ainda os Programas Moradia Indígena e Quilombola. O Eixo 6 refere-se ao Fundo Paulista - Casa Paulista, que soma esforços entre o governo federal e estadual. Foi assinado em 2012, com a Presidente Dilma, um convênio para 100 mil unidades habitacionais, com término até 2015. Tem-se 9.286 lotes em fase de conclusão / entregues, 3.873 unidades entregues, 2.112 concluídas e não entregues, 12 mil obras em fase final, e mais 29 mil unidades contratadas com obras a iniciar, que são contratos já firmados que estão sendo complementados com documentação junto à CAIXA. O aporte de recursos é de 10 mil, 15 mil ou 20 mil reais, e foi estabelecido com os agentes financeiros. A unidade deveria ter uma área mínima de 43 metros quadrados de área útil, 10% do preconizado no programa, com acabamento de piso, azulejo, laje e pé direito mais alto e com recomendações com relação à qualidade das esquadrias. A empresa procura o terreno, elabora o projeto, apresenta à CAIXA, aprova no GRAPROHAB e faz o aporte de recursos, sendo mais fácil adquirir terrenos pelo setor privado. O GRAPROHAB tem agilizado o licenciamento e os projetos, como exemplo em Carapicuíba e Santo André, locais de difícil condição de trabalho para a Companhia, na obtenção e aprovação de projetos e que somando esforços e agentes é possível vencer os obstáculos. No MCMV Entidades são 13 mil unidades firmadas com associações, o que é um ótimo número. O Rural é um programa para manter as pessoas no campo, cujo número é ainda pequeno, mas significativo. O Servidor Público Estadual soma o bônus da Casa Paulista e do Governo Federal, chegando a mais de 3 mil unidades. O subsídio do Estado chega a 34,5 mil reais, somando o subsídio do Governo Federal podendo chegar a quase 60 mil reais, o que permite o acesso de diversas famílias no mercado imobiliário. O Programa de Regularização Fundiária - Lotes Urbanizados deve ser feito com as prefeituras que tem estrutura e conhecimento, para que não haja loteamento irregular ou subhabitação; garante com 10 mil reais a parte de água, esgoto, drenagem, asfalto, iluminação e lotes para famílias, com acompanhamento da prefeitura na aprovação das plantas e gestão da qualidade dos imóveis que estão sendo construídos. O Banco do Povo faz concessão de empréstimos às famílias para as melhorias habitacionais, estimulando o mercado da construção, as famílias a investir mais na moradia evitando, assim, a inadimplência. A Parceria Público-Privada (PPP) com iniciou pela área central de São Paulo, de extrema carência. O edital foi lançado, em parceria com a prefeitura, para 14.124 unidades sendo 9 mil de HIS. A abertura está programada para o dia 10 de dezembro de 2014, devido ao pedido de prorrogação, sendo uma parte destinada para as entidades do centro de São Paulo buscando a revitalização dos bairros com HIS, habitação de mercado popular,

serviço e comércio. Foi investido com o Fundo Paulista o valor de 1,3 bilhão de reais para atração de um investimento de 6,6 bilhões, que não viria se não tivesse um aporte do Governo do Estado porque o custo São Paulo seria incompatível com o limite do Programa. Os investimentos realizados, na SH e CDHU, começam com 1.521 milhão e estão em torno de 2.200 milhões, aportando novos recursos do Fundo Paulista de Habitação e da CDHU, havendo redução nos prazos de projetos, de obtenção de terrenos e de execução de obras além de aumento de gastos com a melhoria da qualidade dos empreendimentos, tornando-os mais ágil. Destaca todo o trabalho junto aos agentes financeiros Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e ao Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social que propiciam que os aportes dos recursos se deem ao longo da execução das obras e menciona a parceria com a Prefeitura de São Paulo, são 30.000 conveniados com 5.600 em obras, sendo 13.000 na cidade de São Paulo e, efetivamente, os recursos aumentaram. Resumindo: somando unidades entregues, municípios beneficiados, domicílios beneficiados com reformas e o canteiro da CDHU, aporte dos fundos e, unidades em contratação, totalizam 258 intervenções, tendo o apoio, execução e viabilização de empreendimentos. Com base nesses números, atua-se efetivamente na redução do déficit habitacional. O desafio para a próxima gestão é ampliar esses atendimentos, em parceria com as entidades, associações, municípios, sendo necessário somar esforços. **Marcos Penido** encerra sua fala e agradece. **Eduardo Trani** ressalta a importância desse balanço para os Conselheiros. Abre espaço para discussões, com um debate conduzido pelo Secretário da Habitação. **Flavio Prando** reconhece os programas para efetivar as políticas habitacionais, o Programa Federal Minha Casa Minha Vida e ressalta que em São Paulo não teria tido o resultado que teve se não houvesse apoio da Casa Paulista e a atual Casa Paulistana. Pede mais detalhamentos sobre os eixos, especificamente o eixo 6. Ainda, solicita o detalhamento sobre a disponibilidade de recursos para a linha de funcionários públicos; da Casa Paulistana (Secretário Floriano) para ter um planejamento de longo prazo para 2015 devido à dificuldade do governo federal em liberar a LDO 2015; do FAR a partir de 2015. O FGTS já foi aprovado, mas apresenta seu receio quanto aos outros recursos e ressalta novamente a importância do governo estadual nessa questão do financiamento. **Reinaldo Iapequino** aponta que o orçamento está do mesmo tamanho de 2012 e 2013, dentro das expectativas. O volume de contratação que pode ser feito no ano que vem não é do tamanho desse ano, pois antecipou as contratações no ano de 2015, mas tem entre 25 mil e 30 mil unidades para serem contratadas em 2015 dentro do FAR, Entidades e Rural. Estamos apreensivos quanto à situação do Governo Federal, não pela descontinuidade do programa, mas pela velocidade de alocação de recursos ao MCidades, posicionando que estão dispostos à contribuir com o Governo Federal e Municipal para esse programa não sofrer abalos, cita a busca de formas alternativas de recursos, por exemplo a PPP, obtendo êxito, e em outras formas de financiamento. **O Secretário Municipal Floriano** fala da espera do Minha Casa Minha Vida 3 que, com segurança, vai ter um aumento de valores principalmente no faixa 1 e o Programa Casa Paulistana que é um complemento do MCMV e do Casa Paulista para fechar a conta dos empreendimentos. Para o começo do ano há previsão de 75 milhões de reais que serão disponibilizados a partir de janeiro e a programação junto ao planejamento da Secretaria de Habitação do Município é ter no mínimo 30 mil unidades beneficiadas com programa Casa Paulistana, sendo que essas unidades já estão em processo de aprovação. Como Penido citou, além das 25 mil unidades com a Casa Paulista ainda tem condições para mais 30 mil unidades durante o ano e outra vantagem é que, com o acordo da dívida municipal, o Município vai ter condições de entrar com pedido junto ao MCidades e a Caixa Econômica Federal de forma que o aporte seja paulatino, ao longo das obras, e não à vista como foi esse ano, permitindo que o número de unidades contempladas seja maior com esse programa. **Antônio Pedro** representante do movimento popular MDM traz algumas questões sobre o orçamento como: quanto há de recursos para os programas habitacionais do Fundo de HIS para o ano de 2014 e 2015; questiona se a renegociação da dívida dos municípios com a União se aplica ao Estado de São Paulo e também pergunta sobre o déficit habitacional do

Estado, já que há cadastros que apontam o número de famílias em torno de 100 a 120 mil sem habitação e outros que apontam número em torno de 1 milhão de famílias não atendidas no Estado. Destaca a importância de se ter uma visão estadual do déficit habitacional e continua seus questionamentos referentes ao orçamento. Pergunta qual a composição dos orçamentos estadual e municipal, já que o orçamento estimado para 2015, apresentado pelo Conselho Municipal de Habitação, gira em torno de 2,1 bilhões, enquanto o orçamento do Estado está estimado em R\$ 2.294.000,00; e, para finalizar, Antônio Pedro questiona sobre a PPP do centro, onde afirma que o Estado precisa atender às famílias de menor renda, pois é onde se concentra o déficit habitacional. Fala da necessidade de criação de mecanismos de controle para que seja priorizado o atendimento às famílias que necessitam de moradia em função da natureza inerente dos interesses econômicos do setor privado. **Marcos Penido** explica que o recurso proveniente do Fundo de HIS remonta 580 milhões de reais em 2014, e para 2015, a composição do orçamento proveniente do 1% da parcela do ICMS (1,2 bilhões), mais 640 milhões de recursos próprios da CDHU e, algumas fontes de recursos externos como parcerias com o Governo Federal, BID, PAC. Acrescenta que recursos externos, como a parceria do MCMV são recursos de fora e não estão previstos dentro do orçamento. Sobre a renegociação da dívida, **Penido** afirma que não irá afetar o Estado de São Paulo porque o governo está com suas dívidas abaixo do teto. Quanto ao déficit habitacional, passa a palavra para Eduardo Trani, que afirma que o déficit habitacional no Estado gira em torno de 1 milhão de moradias novas. Em relação à PPP, **Penido** explica que o programa não é apenas um programa de construção de moradias no centro da cidade, mas um programa de revitalização do centro de SP, para onde estão programados 9 mil unidades de HIS (público de 1 – 3 SM - Salários Mínimos), 5.124 unidades para o público popular que atende de 6-10 SM - Salários Mínimos. Faz menção à CDHU que possui 86% de sua produção voltada para o atendimento de famílias de 0-3 SM, 100% dos recursos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social são para famílias que ganham salários de 0-3 SM, sendo que no MCMV são para famílias que ganham até 1.600 reais. E quanto à PPP, trata-se de um programa de revitalização do centro que precisa ser visto como um bairro onde há mistura de classes socioeconômicas. Para finalizar explica que não há dinheiro do orçamento envolvido na PPP, onde o ente privado terá apenas facilidades de produção para a construção de HIS, e passa a palavra para o Secretário Municipal. **Floriano** explica que o déficit municipal possui duas fontes de cadastro: o déficit que é cadastrado pela SEHAB, que possui em torno de 28 mil famílias que saíram de áreas de risco, recebem o aluguel social e serão as primeiras inseridas nas unidades a serem entregues do programa habitacional; o segundo cadastro que o Município possui é o da COHAB, onde há 130 mil famílias que renovam a documentação anualmente, e que em janeiro haverá uma campanha na mídia para que essas famílias sejam recadastradas com os novos critérios do MCMV e dentro dos critérios que foram elegidos no CMH, o que facilitará o atendimento. Explica que dentro do cadastro de 130 mil famílias, há em torno de 30 mil que recebem acima de 1.600 reais e, como há parceria com o setor privado para facilitar a construção de moradias faixa 2, a demanda também será emitida pela COHAB, o que possibilita atender a um custo baixo (por volta de 3% do valor do empreendimento) a faixa 2. Hoje o município já possui 25 mil unidades de licenciamentos para aprovação dos projetos. No setor privado, há na faixa 1, 32 mil UHs com projetos sendo aprovados, além de 24 mil unidades entregues somadas às obras em andamento desde o final do ano passado. **Floriano** explana a importância das parcerias entre os três entes federativos para promover as políticas habitacionais e para finalizar explica a composição do orçamento para a habitação no Município. Houve a aprovação no PDE de 30% do Fundurb que irá direto para a SEHAB na área de desapropriações e, mais uma parte do Fundurb para urbanização; receitas do Fundo Municipal de Saneamento, em torno de 300 milhões/ano; o saldo do PAC 1 que entrará em 2015 e; 700 milhões previstos para o PAC 2 para atuação de urbanização dos mananciais da Billings e Guarapiranga e construções de moradia que somando tudo dá os 2 bilhões previstos. Ressalta que, no orçamento não constam os 76 mil reais do programa MCMV. **Sidnei Pita**, representando do Movimento de União de Moradia,

apresenta Lucy, que trabalha no governo britânico, na ajuda humanitária, e faz um estudo sobre os movimentos sociais. Fala sobre a PPP, onde afirma ser um programa inovador, mas não conduzido especificamente para a área central, sugerindo que quando se fala em PPP não se deve falar em revitalização, e sim, em requalificação do centro, já que muitos bairros possuem vida mas precisam de melhorias. Esclarece que elas são interessantes, mas se quiser levar pessoas para morar no centro há a necessidade de se fazer paralelamente um programa como o PAC (Programa de Atuação em Cortiços), que atenda essa massa de 0-3 SM. Destaca a importância do Município em trazer esse programa, com a parceria do Estado no aporte de recurso. Outro ponto levantado se refere à habilitação dos movimentos sociais e entidades pelo Estado, como já acontece no Governo Federal, pois nos cadastros há pessoas que se inscreveram na CDHU, COHAB, etc., e como o cadastro não está atualizado, esse número tende a crescer. **Sidnei** finaliza com a importância da criação de Câmaras Técnicas referentes às discussões acerca da habitação. **José Aguiar** da Abecip (Associação Brasileira das Entidades Banco Imobiliário e Poupança) inicia sua fala cumprimentando o Secretário Marcos Penido e cita sua presença no FNHIS no MCidades. Aponta que ainda são poucos os municípios que fazem esse cadastro nacional e por conta da comprovada organização do Estado de SP, ele fica à disposição de ajudar na negociação de mais verbas para o orçamento do Estado. **Rosalvo Salgueiro**, representante do FPHIS cumprimenta a mesa e aponta preocupações políticas em relação aos movimentos sociais com as organizações, como o Programa Paulista de HIS, que possui um formato de atendimento mais pautado nas necessidades sociais. Afirma que uma família com 3 SM não consegue comprar uma casa, havendo assim, um processo de provimento de uma residência que não é conquistada com os próprios meios. Acerca do assunto, demonstra suas preocupações apontando um avanço nos desenhos dos programas, na motivação dos governantes em colocar recursos para habitação e na cooperação dos três entes, objetivando um interesse em comum, mesmo que de partidos diferentes. Mas, há problemas de invasões que precisam ser tratados de modo político e com clareza, necessitando regras claras de atendimento para que nenhum passe na frente do outro, pois alega que há privilégios entre grupos. Traz uma questão concreta para o Secretário do Município referente ao enorme número de ocupações e invasões, e que o CMH precisa mostrar com clareza que ocupar e/ou invadir prédio não pode ser critério de atendimento prioritário. Faz pedido ao Secretário para deixar os procedimentos mais claros e abrir as portas da Prefeitura para uma reunião com os movimentos sociais de modo a resolver quais são os processos de participação dos movimentos e quais empreendimentos destinados neste processo. Outro ponto levantado é a questão das faixas abrangidas pelo programa porque há de 0-3 SM e 6-10 SM, deixando um vácuo que gera dificuldades em atender a parcela da população que ganha pouco mais de 03 salários mínimos ou, mais de 1.600 reais, no caso dos programas do governo federal, destacando a importância de se pensar em abrir o processo para essa parcela da população. **Rosalvo** destaca também as ocupações em terrenos em área de manancial onde é proibida a construção e, por pressão, consegue-se mudar a lei aprovando a construção, gerando a poluição das fontes de água próximas e causando a necessidade de encontrá-las mais longe. Problema que SP está vivenciando em busca de novas fontes de água tendo o Rio Tietê poluído passando pela cidade. **Trani** pede a palavra informando que o presidente da CDHU, Milton Dallari passa a compor a mesa. **Joana Leite** cumprimenta a mesa e o secretário Marcos Penido, faz menção ao ex-secretário Silvio Torres, atual deputado federal eleito. Traz algumas dúvidas: como é feita a viabilização da carta de crédito de pessoas idosas residentes em pensões e a prefeitura não fornece a carta ou o auxílio aluguel; sobre pessoas residentes em cortiços que não conseguem moradias porque não estão cadastradas; referente à classificação usada na faixa 1, afirmando que não concorda existir uma pessoa que receba zero de salário. Para finalizar, aponta problemas que vivencia como síndica em um conjunto da CDHU, referente à falta de pagamento do condomínio, “pois quem arcará com o condomínio e a parcela a pagar da moradia? Outros moradores?”. Com relação às ocupações, diz ter ouvido pessoas afirmando a necessidade do “engenheiro amigo” apontar que aquela ocupação é área de

risco para poder cadastrar as famílias, e passando-as na frente de seus associados por estarem na área que supostamente não seria de risco; afirma que quem ocupa essas áreas não deve passar na frente de quem está na lista. **Marco Antônio** agradece a mesa e Penido, salienta a fala do Rosalvo, acrescentando que além de representar seu movimento, também é engenheiro e faz parte de assistência técnica em outros movimentos. Aponta as dificuldades por parte de outros movimentos sociais porque não estão habilitados no MCidades, ficando assim “pendurados” em outras entidades, onde há a orientação deles se habilitarem para que possam construir também. Relata que foi procurado a intervir tecnicamente em uma ocupação em área de manancial, pois já havia uma movimentação política por conta da aprovação do plano diretor, destacando que faz parte da aprovação de um projeto sustentável para essa ocupação, ponderando as exigências da CETESB, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Diz que esse ponto levantado de famílias em ocupação que passam na frente dos demais cadastrados é bem sério. Sugere que não deve haver apenas uma reunião do CEH durante o ano, possibilitando discutir esses fatos e, destaca que a habitação é um assunto fundamental. **Trani**, como Secretário Executivo do CEH, lembra que, quando são encaminhadas as Atas de reuniões há abertura para sugestões de pautas. Aponta a necessidade que isso seja feito oficialmente e ressalta que não foram recebidas sugestões de nenhum conselheiro, mas que os temas abordados e as demandas recebidas no plenário constituirão pontos de pauta para uma possível convocação da Câmara Técnica, possibilitando a formulação das políticas do mesmo modo que o CMH tem feito com os GTs, sendo levadas à plenário para deliberação. **Penido** afirma que as Câmaras Técnicas são fundamentais para intensificar as discussões. Complementa alguns dados sobre o orçamento apresentados por Reinaldo afirmando que o ano que vem será o último ano do PPA, sendo um ano de muita formatação e trabalho em conjunto tanto com o setor privado, como com as associações para que se possa definir o rumo dos próximos 4 anos. Reforça que será um ano de muitas construções, cita a parceria com o MCMV firmada em 2012, que só começou a funcionar em 2013 e teve em dois anos avanço significativo. Quanto à questão da PPP apontada por Sidnei, diz que ela é um primeiro momento e não será apenas a PPP que resolverá o problema do Centro, assinala que o termo mais adequado é requalificação e não revitalização, e é uma maneira de iniciar e somar esforços com a Prefeitura. Traz a notícia que o Prefeito conseguiu com o Governo Federal terrenos do INSS, possibilitando a ampliação do trabalho com as entidades, onde o Estado sempre deixou as portas abertas para as associações cadastradas no Governo Federal e aceitas no Estadual e, da mesma forma, o Estado trabalha com o Governo Municipal não restringindo assim para ninguém. **Penido** fala da importância em aumentar a capacidade de produção com a gestão compartilhada que pode ser um caminho. O processo é longo desde a prospecção de terreno e elaboração de projeto, aferindo a necessidade de buscar alternativas nos processos para agilizar. Declara que o Governador acredita na parceria com associações, destaca a importância de sempre ampliá-las. Se referindo à questão específica de Joana sobre a carta de crédito, sugere que ela encaminhe o assunto para a Casa Paulista e CDHU. Na questão referente a faixa de 0-3 SM, explica que é uma expressão comum, usada e que não existe zero salário mínimo. No convívio em condomínio, afirma que é uma questão difícil e cultural, aponta o programa gestão condominial da CDHU, que se constitui em trabalho de pós ocupação, que ajuda a orientar a convivência em condomínio. A CDHU e o Governo Federal já adotam o sistema de medição de água e gás individualizados. Aponta que se o indivíduo não paga o condomínio fica difícil o Estado intervir; caso o mutuário não pague a prestação da CDHU, há um esforço para fazer acordos da dívida e se não efetuado, a CDHU tem cumprido a reintegração de posse por falta de pagamento. Referente às áreas de risco, **Penido** em resposta à Joana explica que o Estado trabalha com a defesa civil e quanto à área de risco precisa ter laudo, orientado pelo IPT. Observa a necessidade de levantar esse questionamento via CREA, etc. **Rosalvo** explica que nas invasões, os indivíduos usam de artifícios e manobras para que a área seja vista como área de risco e o cidadão se inscreve como tal. **Penido** diz que é preciso combater essa questão, assinala que, as invasões/ocupações são o foco principal, tendo iniciado um trabalho, em conjunto com

José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça de SP), de intermediação com diversas representações. O Governador solicitou à Procuradoria Geral um trabalho com relação às invasões. Em outra reunião com o Governador, Apeop, Sinduscon, Secovi e demais representantes das entidades, o assunto foi levantado, não só pela questão da fila, mas da segurança do patrimônio, que pessoas deixam de investir em terrenos com medo de invasões. **Sidnei** faz uma colocação sobre os avanços nos modelos e que só há ocupação pelos movimentos sérios quando não é produzido, por exemplo, em uma área pública que se tem um projeto, etc. e há demora, usam a ocupação como uma forma de manifestação política e afirma que não concorda com o que foi colocado pelo Rosalvo, sobre movimento que ocupa área de mananciais. **Penido** informa que o Governador pediu à Procuradoria, um estudo em relação a isso e está sendo feito um trabalho em parceria com a prefeitura de SP, onde destaca que é uma questão política e legal, um problema sério de SP, principalmente da Região Metropolitana e que é necessário se unir para combater. Afirma ainda, que há dois pontos: 1. a questão das invasões e das filas, da degradação de áreas de mananciais e; 2. questão do auxílio moradia e o auxílio aluguel por tirar recurso de produção para virar meio de vida. Demonstra vontade de que isso seja tema da Câmara Técnica, contudo afirma que existem exceções como casos de tragédias, mas por ser um assunto complexo, não deve ser discutido na Plenária. Solicita que o tema seja levado pelo Secretário Floriano para a Câmara Técnica do CMH por ser uma briga que o Estado e o Município precisam comprar juntos, havendo a necessidade de uma regra única e pensar em ações conjuntas. **Marco Antônio** afirma que o MCidades precisa baixar uma portaria quanto à ocupação para que não seja contemplada no MCMV. **Penido** aponta a necessidade de discussão na Câmara Técnica. É necessário apontar as demandas mostrando as oportunidades que possuem sugerindo que o tema seja levado ao MCidades. **Sidnei** aponta a necessidade de ter metas. **Penido** afirma que as metas existem, sugere à Sidnei que traga projetos, terrenos, etc., pois o Estado está pronto para apoiar, e garante que irá fazer as parcerias possíveis. Quanto à desapropriação ressalta que é uma regra injusta, explica que o perito recebe no final da ação um percentual do valor, ampliando o valor em demasia, o que causa a inviabilização de um terreno, como o caso do terreno em Osasco. Cita outro exemplo, um terreno em Taboão da Serra - Glacy aponta que houve um em Osasco e outro em Taboão da Serra. **Penido** lembra que devem somar as parcerias, destacando que as salas de ambos os secretários (Penido e Floriano) estão abertas para receber propostas de terrenos, cronogramas e projetos. Indica a necessidade de direcionar melhor os recursos, otimizando-os, pois muitas vezes são direcionados para bolsa aluguel e desapropriações. **Floriano** explica que esse é um problema comum no Município de SP, situação que preocupa a Prefeitura e cita o exemplo de uma ocupação de empreendimento do MCMV e Casa Paulista – cerca de 3.500 unidades - prontas para ser entregues na Zona Leste, onde houve invasão e todos os prédios foram deteriorados. No empreendimento Caraguatatuba o prejuízo ultrapassou 10 milhões de reais e afirma que é dinheiro de todos que está sendo gasto duas vezes; informa que um GT está sendo formado com participação de Estado e Município e, apoio do Dr. Nalini devido à demora em sair as reintegrações de posse. Dá exemplo da doação de um terreno pertencente à Caixa que mesmo com o jurídico acompanhando de forma incisiva, ainda não saiu a reintegração, passado mais de um ano. Cita outro caso de um terreno privado na Cantídio Sampaio da construtora Cury, onde mal receberam a informação que a construtora iria fazer 900 unidades, o local foi ocupado por cerca de 1.500 famílias no dia seguinte. Explica que o projeto está pronto e aprovado, mas não se consegue assinar, por não possuir a reintegração de posse, e afirma que o Município não pode acertar com a Casa Paulista, o Secretário Penido com a Casa Paulista, ou seja, as obras não iniciam. Para ilustrar a dificuldade de se evitar as ocupações, cita o episódio no Município de SP, na rua Conselheiro Crispiniano, que embora tenha sido informado de imediato e tomado todas as providências, não foi possível a retirada imediata pela PM, concluindo que nem sempre as 24hs previstas para a desocupação são suficientes para a solução do problema, nem sempre procede. Em resposta ao questionamento à responsabilização pelos 10 milhões de prejuízos causados na ocupação

da Zona Leste, **Floriano** diz que não há processos a respeito. Acrescenta que a forma correta de combater a situação é abrir Chamamento e/ou habilitar entidades interessadas. Outra situação que Floriano esclarece é quanto à existência da ideia que ocupações são privilegiadas pelo atual mandato com apoio da mídia. Elucida que o Município não pagou aluguel social para nenhuma ocupação desde maio do ano passado, quando o sistema de controle foi reforçado. Foi contratada uma equipe de Brasília para resolver o problema em conjunto com um GT criado, resultando em um sistema do Habisp, 100% confiável, com diversas amarras e tornando-se impossível passar burlar o cadastro. Questionado se o sistema está na internet, **Floriano** diz que a lista será publicada em 25/janeiro/2015, conforme acordo com o MP serão contempladas as 28 mil famílias constantes no programa de aluguel social, todas saberão onde irão morar e de onde vieram, por meio de controle de CPF. Reforça que no Município só é contemplado com aluguel social quem está em área de risco: risco de incêndio, enchente, inundação ou atestado da defesa civil. No caso em que o atendimento de aluguel social se der de forma incorreta, pede que seja denunciado para que ele tome as providências imediatas. Cita exemplo do ano passado em que foi recebida denúncia que dentro da COHAB se estava privilegiando famílias no atendimento MCMV e foram tomadas as medidas cabíveis. Afirma que estão trabalhando para deixar a situação da melhor forma possível. No caso da “Copa do Povo” comenta que a única ação do Município foi autorizar as pessoas a se cadastrarem na COHAB, apontando que não é privilegio, pois todos tem o direito a se cadastrarem. Esclarece os critérios do sistema federal de disponibilizar 3% do atendimento para idosos, privilegia o idoso inscrito há mais tempo até fechar essa cota. Um idoso cadastrado no Copa do Povo dificilmente conseguirá casa na gestão atual por haver outros idosos inscritos há mais tempo, e diz que por mais que se tente explicar o procedimento para a mídia, ela não consegue entender e divulgá-la de maneira que a sociedade entenda, o que cria a ideia de que a Prefeitura privilegia as ocupações. Presta esclarecimentos quanto à ocupação da Nova Palestina informando acerca das providências adotadas pela Prefeitura de SP, quanto ao decreto de utilidade pública, por tratar-se de área verde. **Rosalvo** afirma que todas as invasões da cidade são identificadas e os movimentos se orgulham disso, inclusive colocam sua placa de identificação; logo, deveriam ser descredenciados. Informa que alguns dos líderes daqueles movimentos são funcionários da área da habitação da Prefeitura, questiona se serão atendidos ou não, pois afirma que os movimentos presentes sabem fazer ocupações e se essa for a única alternativa, também podem fazer. Destaca que o problema é muito mais grave. **Penido** interrompe dizendo que é um assunto pontual, sendo assunto que não se esgota nessa reunião do CEH, e acordado com o Secretário Executivo sugeriu reunião específica da Câmara Técnica, agregando o CEH e o CMH, para discutir o assunto que precisa ter apoio jurídico, institucional e legal. Ao que foi apoiado pelo Secretário Floriano. **Penido** se dirige aos presentes, se alguém quer fazer comentário ou o uso da palavra. **Milton Dallari** cumprimenta a todos e se desculpa pelo atraso; diz que tudo o que foi discutido é o caminho, pois se os problemas não forem enfrentados, não serão solucionados. Afirma que da mesma forma que o Município tomou uma decisão, o Estado também o fez; o Estado não destinou recursos da CDHU para invasões e auxílio aluguel, mesmo havendo pressão dos Prefeitos, por concluir que aluguel social não é Política Habitacional; a Política Habitacional aponta que a proposta dos dois Conselhos se unirem para discutir o tema é fundamental. **Penido** agradece a todos, diz que foi uma reunião muito boa, onde se pode fazer um balanço e avaliações, além de abrir vários assuntos e fazer valer o Conselho. Destaca a Câmara Temática e a somatória daqueles que possuem uma política séria de habitação, concluindo que é um passo fundamental. **Penido** agradece em seu nome, e do ex-secretário Silvio Torres, a todos e encerra a reunião às 12h15min.